

Distribuição restrita aos
Gabinetes e Secretário-Geral

Classificação:
Distribuição:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação D. Popular Periodicidade d
Dia 19-11-75 Pág.(s) 3 Tendência política _____



MARIA DE LURDES PINTASILGO EM ARGANIL

D.P. 7.3 17.11.75

«HÁ MUITA COISA A DESBLOQUEAR DURANTE AS QUATRO SEMANAS QUE AINDA TEMOS DIANTE DE NÓS»

A primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo continuará os seus contactos com a população até ao final do mandato, se se mantiver o ritmo habitual do plenário do Conselho de Ministros. Esta afirmação foi feita ontem à Anop, acrescentando a chefe do Executivo que a sua equipa «tudo fará para ainda ser possível sair de Lisboa no tempo que lhe resta».

No sábado, a primeiro-ministro afirmou, durante o contacto com as populações e en-

lei sobre as Comissões Coordenadoras Regionais, recentemente aprovado em Conselho de Ministros, Maria de Lurdes Pintasilgo considerou que se trata de uma lei que pode tornar-se «um instrumento essencial ao serviço das populações», caso seja promulgada pelo Presidente da República.

A propósito da ligação entre o topo e a base da administração administrativa, a primeiro-ministra manifestou a esperança de que o futuro Governo con-

nal autónomo foi outro dos pontos defendidos pela chefe do Governo, que afirmou que «cada país tem de ser fiel à sua identidade, tem de ser tal como é». Acrescentou que «crescemos durante alguns anos com processos que foram copiados de regimes de outros países mais industrializados, pertencentes ao Hemisfério Norte, socialistas ou capitalistas».

O crédito para habitação própria foi outro dos temas

Entretanto, durante a sessão de trabalho que se realizou ontem à tarde na Câmara Municipal de Arganil, a primeiro-ministro defendeu a regionalização e o cooperativismo e observou que a exigência primeira a fazer aos deputados é que tornem a Constituição da República coerente, elaborando um plano sobre as regiões e legislando correctamente sobre essa matéria».

A propósito da adopção do sistema de leis gerais e abstractas, disse que «não tem em linha de conta a diferenciação concreta, só solucionável com uma complementariedade entre o poder local e o regional». «O desenvolvimento é determinado por nós, pelo povo e é auxiliado pelos técnicos que, dentro

do aparelho do Estado, tem obrigação de servir o povo» — acrescentou.

A emigração foi apontada pela primeiro-ministro como uma a ma a usar por Portugal. Sobre o assunto, Lurdes Pintasilgo afirmou: «No dia em que formos capazes de fazer regressar os nossos emigrantes, há sociedades europeias que colapsam».

Finalmente, após ter criticado o apego ao poder, que disse ignorar, Lurdes Pintasilgo afirmou que apenas sabia «o que é querer realizar essa tarefa fundamental do Governo que é criar uma administração pública e, para além das dificuldades, não ter tempo».



A primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, em contacto com a população de Arganil

tidades da zona de Soure, Alfarelos e Figueira da Foz, que «há muita coisa a desbloquear durante as quatro semanas que ainda temos diante de nós». A propósito do decreto-

continue a mesma linha de ligação directa às populações e aos seus representantes regionais, porque «isso faz parte da função administrativa».

Um programa político nacio-

abordados por Lurdes Pintasilgo que, a esse respeito, afirmou «esperar fazer ainda alguma coisa durante a vigência deste Governo». No que concerne à taxa de juro salientou que o Executivo «vai tentar o desbloqueamento» e que «Portugal viveu até Março sujeito ao juro e à taxa de juro do F. M. I.».